Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

À CNN, Temer defende semipresidencialismo e referendo após aprovação

Ex-presidente avalia que Lula e Bolsonaro são contra mudança porque não querem dividir "um naco" de suas atribuições

O ex-presidente Michel Temer (MDB) defendeu à **CNN** o debate sobre o semipresidencialismo no Brasil.

Para ele, uma proposta deve alterar o regime de poder no país apenas a partir de 2030.

Temer avalia que, após eventual aprovação dos parlamentares, a medida deveria ser submetida a um referendo popular.

“Deve-se debater [a proposta]. Evidentemente para aplicar em 2030 ou 2034?, disse o ex-presidente.

“O Congresso ganhou extraordinário protagonismo. Controla praticamente o orçamento e não tem nenhuma responsabilidade executiva. Deve-se, primeiro, ter um projeto discutido e aprovado pelo parlamento. Depois, sim, submetido a referendo popular”, afirmou Temer.

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera o regime presidencialista deverá ser protocolada, em breve, na Câmara dos Deputados.

O autor da PEC, deputado Luiz Hauly (Podemos-PR), quer aguardar a proposta chegar a 300 assinaturas antes de apresentá-la.

Para Temer, o regime semipresidencialista não diminuiria o poder do Executivo.

“O regime será ‘semi’. É um sistema que deixa muitos poderes para o presidente da República. Apenas a função de administração interna é que passa para o Parlamento. Afinal, se ele distribui verbas, deve ser responsável pela governabilidade interna do país”, afirmou.

Para o ex-presidente, nem Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nem Jair Bolsonaro (PL) querem perder um “naco” de competências. Por isso, são contrários à medida.

A ideia, segundo o deputado, é demonstrar força para a mudança no regime de poder. Atualmente, a PEC tem quase 200 assinaturas, principalmente de parlamentares mais ligados à centro-direita.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), assinou a PEC de Hauly.

No discurso de vitória, Hugo sinalizou ser favorável a discutir a proposta, o que acelerou apoio ao texto, apesar de não ter se comprometido com a urgência da PEC.

“Há interesse na Casa e entre os partidos em debater o tema. Também não temos compromisso em pautar com urgência. Pelo contrário, discutir o sistema político do Brasil é sempre positivo para buscar mais eficiência, ampliar a participação popular e garantir um governo com mais resultados à população”, afirmou Hugo a jornalistas, na Paraíba, na semana passada.

No regime presidencialista, o presidente da República atua como “chefe de Estado” e divide o poder com um primeiro-ministro, que exerceria funções de um “chefe de governo” e seria escolhido pelo Congresso Nacional.

Na justificativa da PEC, os autores argumentam que o novo sistema evitará que, em caso de uma crise institucional envolvendo o presidente da República, o Brasil enfrente as “prolongadas e incertas crises

institucionais que antecederam as quedas de Collor e Dilma e acabam afetando, também, todo o quadro econômico brasileiro”.

fonte CNN Brasil